



SINDICATO DOS TRABALHADORES

de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas, e

ACTIVIDADES DIVERSAS

(Antigo Sindicato dos Contínuos e Porteiros, fundado em 1/11/41)

STAD

SEDE NACIONAL: RUA de S. Paulo, Nº 12 -1º -1200-428 LISBOA - Tlfs: 21-3463756 21-3475596/9 / Fax: 21-3475590

Correio - email - stad_nacional@stad.pt Página www.stad.pt

FILIADO:

Em Portugal, na CGTP – IN e FEPCES e, internacionalmente, na UNI-EUROPA E UNI-GLOBAL

CONCENTRAÇÃO

**DOS TRABALHADORES DO SECTOR DA VIGILÂNCIA PRIVADA
CONTRA O DUMPING SOCIAL,
PELO TRABALHO LEGAL E DIGNO NA REFER!**

I.P. – INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL

ALMADA, 29-6-2016

MOÇÃO

CONSIDERANDO,

1. **Que** os trabalhadores e trabalhadoras do Sector da Vigilância Privada exercem a sua profissão de forma empenhada e responsável, muitas vezes com prejuízo da sua própria vida pessoal ou colocando em risco a sua própria integridade física, agindo competentemente para que a segurança de pessoas, bens e instalações dos clientes estejam devidamente protegidos e salvaguardados;
2. **Que**, devido ao seu profissionalismo tantas vezes já comprovado, exigem que todas as partes – empresas de Vigilância Privada, clientes e Governo – os respeitem e considerem como trabalhadores que desempenham uma actividade profissional relevante e com elevadas responsabilidades para o exercício da actividade económica, política e social;
3. **Que**, esta posição de princípios foi devidamente considerada e assumida pela **A.C.T. – Autoridade das Condições de Trabalho** que, através da sua **“RECOMENDAÇÃO DE PREÇOS MÍNIMOS”**, subscrita pelo **STAD**, para vigorar no Sector da Vigilância Privada, estabeleceu os custos mínimos legais para que os Serviços de Vigilância Privada prestados aos clientes pelas empresas do sector cumpram todas as normas legais laborais, fiscais e sociais (contribuições para a Segurança Social),

4. **Que**, rejeitam totalmente serem tratados como “*carne para canhão*” no jogo dos concursos públicos, em que clientes e empresas prestadoras de vigilância privada se envolvem e se confrontam pois sabem, de experiência feita, que os preços abaixo dos custos mínimos definidos pela ACT representam ou violações dos seus direitos, salários e outras remunerações, ou sobrecarga do seu horário de trabalho, ou trabalho não declarado, ou não pagamento das contribuições para a Segurança Social, ou evasão ou fraude fiscal, ou qualquer outro artifício que representa, *sempre*, um incumprimento da Lei;
5. **Que**, por este motivo, combatem firmemente todas as práticas de **DUMPING SOCIAL** e lutam conscientemente por **CONDIÇÕES DE TRABALHO LEGAIS E DIGNAS**, única forma de dignificar o Trabalho, enaltecer a profissão de Vigilante e valorizar o Sector de Segurança Privada;
6. **Que**, espantosamente, no cliente I.P. – INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL – REFER, foram surpreendidos por ter sido o próprio cliente, que conhece o seu trabalho e a sua responsabilidade, a colocar no concurso publico o preço máximo dos Serviços de Vigilância Privada muito inferior ao preço mínimo recomendado na “**RECOMENDAÇÃO DE PREÇOS MÍNIMOS**” da ACT, o que levou a uma real e verdadeira promoção de DUMPING SOCIAL!

Neste quadro, os trabalhadores Vigilantes da Vigilância Privada, concentrados na sede da I.P. – INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL – REFER, em 29-6-2016, em Almada,

DECIDEM:

1. **Protestar** veemente contra a promoção de DUMPING SOCIAL que o cliente I.P. – INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL – REFER praticou no concurso público para os Serviços de Vigilância Privada;
2. **Apoiar** totalmente a reivindicação do STAD em como este concurso público deverá ser anulado e deverá ser aberto UM outro que aplique o princípio de respeito da “**RECOMENDAÇÃO DE PREÇOS MÍNIMOS**” da ACT;
3. **Reafirmar** que continuarão, sem vacilações, a lutar, *sempre*, pelo TRABALHO LEGAL E DIGNO, única forma de afirmarem a sua consciência profissional, sindical e de Classe!

OS TRABALHADORES PRESENTES NA CONCENTRAÇÃO

ALMADA, 29-6-2016



SINDICATO DOS TRABALHADORES

de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas, e

ACTIVIDADES DIVERSAS

(Antigo Sindicato dos Contínuos e Porteiros, fundado em 1/11/41)

STAD

SEDE NACIONAL: RUA de S. Paulo, Nº 12 -1º -1200-428 LISBOA - Tifs: 21-3463756 21-3475596/9 / Fax: 21-3475590

Correio - email - stad_nacional@stad.pt Página www.stad.pt

FILIADO:

Em Portugal, na CGTP – IN e FEPCES e, internacionalmente, na UNI-EUROPA E UNI-GLOBAL

CONCENTRAÇÃO

DOS TRABALHADORES DO SECTOR DA VIGILÂNCIA PRIVADA

CONTRA O DUMPING SOCIAL,

PELO TRABALHO LEGAL E DIGNO NA REFER!

SECRETARIA DE ESTADO DAS INFRAESTRUTURAS

LISBOA, 29-6-2016

MOÇÃO

CONSIDERANDO,

1. Que os trabalhadores e trabalhadoras do Sector da Vigilância Privada exercem a sua profissão de forma empenhada e responsável, muitas vezes com prejuízo da sua própria vida pessoal ou colocando em risco a sua própria integridade física, agindo competentemente para que a segurança de pessoas, bens e instalações dos clientes estejam devidamente protegidos e salvaguardados;
2. Que, devido ao seu profissionalismo tantas vezes já comprovado, exigem que todas as partes – empresas de Vigilância Privada, clientes e Governo – os respeitem e considerem como trabalhadores que desempenham uma actividade profissional relevante e com elevadas responsabilidades para o exercício da actividade económica, política e social;
3. Que, esta posição de princípios foi devidamente considerada e assumida pela A.C.T. – Autoridade das Condições de Trabalho que, através da sua “RECOMENDAÇÃO DE PREÇOS MÍNIMOS”, subscrita pelo STAD, para vigorar no Sector da Vigilância Privada, estabeleceu os custos mínimos legais para que os Serviços de Vigilância Privada prestados aos clientes pelas empresas do sector cumpram todas as normas legais laborais, fiscais e sociais (contribuições para a Segurança Social),
4. Que, rejeitam totalmente serem tratados como “*carne para canhão*” no jogo dos concursos públicos, em que clientes e empresas prestadoras de vigilância privada se envolvem e se confrontam pois sabem, de experiência feita, que os preços abaixo dos custos mínimos definidos pela ACT representam ou violações dos seus direitos, salários e outras remunerações, ou sobrecarga do seu horário de trabalho, ou trabalho

não declarado, ou não pagamento das contribuições para a Segurança Social, ou evasão ou fraude fiscal, ou qualquer outro artifício que representa, *sempre*, um incumprimento da Lei;

5. Que, por este motivo, combatem firmemente todas as práticas de *DUMPING SOCIAL* e lutam conscientemente por *CONDIÇÕES DE TRABALHO LEGAIS E DIGNAS*, única forma de dignificar o Trabalho, enaltecer a profissão de Vigilante e valorizar o Sector de Segurança Privada;
6. Que, espantosamente, no cliente I.P. – INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL – REFER, foram surpreendidos por ter sido o próprio cliente, que conhece o seu trabalho e a sua responsabilidade, a colocar no concurso publico o preço máximo dos Serviços de Vigilância Privada muito inferior ao preço mínimo recomendado na “*RECOMENDAÇÃO DE PREÇOS MÍNIMOS*” da ACT, o que levou a uma real e verdadeira promoção de DUMPING SOCIAL!
7. Que, mais surpreendidos ficaram quando tentaram expor esta situação junto a tutela do cliente, a SECRETARIA DE ESTADO DAS INFRAESTRUTURAS, solicitando uma reunião de urgência devido à importância do assunto e, até este momento, tal reunião não foi realizada, apesar das inúmeras tentativas feitas, o que é inaceitável suceder!

Neste quadro, os trabalhadores Vigilantes da Vigilância Privada, concentrados na SECRETARIA DE ESTADO DAS INFRAESTUTURAS, em 29-6-2016, em Lisboa,

DECIDEM:

1. Protestar veemente contra a promoção de DUMPING SOCIAL que o cliente I.P. – INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL – REFER praticou no concurso público para os Serviços de Vigilância Privada;
2. Apoiar totalmente a reivindicação do STAD em como este concurso público deverá ser anulado e deverá ser aberto UM outro que aplique o princípio de respeito da “*RECOMENDAÇÃO DE PREÇOS MÍNIMOS*” da ACT;
3. Insurgirem-se publicamente pela ausência de diálogo da SECRETARIA DE ESTADO DAS INFRAESTRUTURAS e continuar a reclamar a realização de uma reunião porque a situação existente no cliente I.P. – INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL – REFER se mantém;
4. Reafirmar que continuarão, sem vacilações, a lutar, *sempre*, pelo TRABALHO LEGAL E DIGNO, única forma de afirmarem a sua consciência profissional, sindical e de Classe!

OS TRABALHADORES PRESENTES NA CONCENTRAÇÃO

LISBOA, 29-6-2016

